



**Simulado Preparatório para o
Concurso da Polícia Civil do Mato
Grosso do Sul**

**Cargo: Investigador e Escrivão de
Polícia**

Informações

- ✓ Tempo de Prova: 4 horas
- ✓ Banca Organizadora: FAPEMS
- ✓ Número de Questões: 80
- ✓ Modalidade: Múltipla Escolha

**Conteúdo Programático / Número de
Questões**

- Língua Portuguesa – 15
- Raciocínio Lógico – 7
- Informática – 7
- Legislação Institucional – 5
- Direito Constitucional – 9
- Direito Administrativo – 9
- Direito Penal – 14
- Direito Processual Penal – 14

Importante

O simulado é feito com muito carinho e zelo para que ele seja fidedigno ao conteúdo normalmente exigido pela banca nos concursos anteriores.

Buscamos captar questões bem elaboradas que já foram aplicadas em concursos anteriores. Quando o conteúdo foi pouco explorado em outras provas, realizamos nossas próprias questões com base na dificuldade e padrões da banca.

**Este simulado está sendo
disponibilizado gratuitamente!**

Curta nossa página no [Facebook](#) para manter-se sempre atualizado sobre novos simulados.

Caso tenha dúvidas ou sugestões, queira fazer críticas ou até mesmo solicitar outros simulados, entre em contato conosco!

Motivação

O Policial Civil tem o prestígio da população. A profissão é muito bem quista e engrandece o indivíduo.

Policiais geralmente trabalham em regime de escala, muitas vezes configurada em um dia de serviço e três dias de folga (olha que tempo bom pra descansar!)

Durante o curso de formação, você aprenderá noções de direito, primeiros-socorros, manuseio de armamentos e outros tópicos importantes, além de carregar aquele distintivo misterioso.

A remuneração do recém formado está na casa dos R\$3,8 mil reais.

Bom Simulado!

Língua Portuguesa

Texto I (Questões 1 e 2)

A moléstia conservou durante muitos dias – dias angustiosos e terríveis – um caráter de excessiva gravidade; durante longo tempo, Fadinha, que estava com todo o corpo cruelmente invadido pela medonha erupção, teve a existência por um fio.

Entretanto, os cuidados da ciência e a ciência dos cuidados triunfaram do mal, e Fadinha ficou boa, completamente boa, depois de ter estado suspensa entre a vida e a morte.

Ficou boa, mas desfigurada: a moça mais bonita do Rio de Janeiro transformara-se num monstro. Aquele rosto intumescido e esburacado não conservara nada, absolutamente nada da beleza célebre de outrora. Ela, porém, consolou-se vendo que o amor de Remígio, longe de enfraquecer, crescera, fortificado pelo espetáculo do seu martírio.

A mãe, conquanto insensível às boas ações, não pôde disfarçar a admiração e o prazer que o moço lhe causou no dia em que lhe pediu a filha em casamento, dizendo:

– Só havia um obstáculo à minha felicidade: era a formosura – de Fadinha. Agora que esse obstáculo desapareceu, espero que a senhora não se oponha a um enlace que era o desejo de seu marido.

Realizou-se o casamento. D. Firmina, desprovida sempre de todo o senso moral, entendeu que devia ser aproveitado o rico enxoval oferecido pelo primeiro noivo; Remígio, porém, teve o cuidado de fazer com que o restituíssem ao barão. A cerimônia efetuou-se com toda a simplicidade, na matriz do Engenho Novo.

Um ano depois do casamento, Fadinha estava outra vez bonita, não da boniteza irradiante e espetaculosa de outrora, mas, enfim, com um semblante agradável, o quanto bastava para regalo dos olhos enamorados do esposo. Remígio dizia, sinceramente, quem sabe? que a achava assim mais simpática, e os sinais das bexigas lhe davam até um “não sei quê”, que lhe faltava dantes.

– Não é bela que me inquiete, nem feia que me repugne. Era assim que eu a desejava.

O caso é que ambos foram muito felizes. Ainda vivem. Remígio é atualmente um alto funcionário, pai de cinco filhos perfeitamente educados.

1. Querendo-se intensificar o sentido das expressões “dias angustiosos e terríveis” e “Fadinha ficou boa, completamente boa”, elas podem ser reescritas, em conformidade com a norma-padrão, respectivamente, das seguintes formas:

- a) dias angustiosíssimos e terríveis; Fadinha ficou boa, boíssima.
- b) dias muito angustiosos e muito terríveis; Fadinha ficou boa, boazíssima.
- c) dias angustiosíssimos e terríveis; Fadinha ficou boa, boíssima.
- d) dias muito angustiosos e terríveis; Fadinha ficou boa, boníssima.
- e) dias muito angustiosos e terríveis; Fadinha ficou boa, boníssima.

2. Quanto ao sentido, a oração destacada em “A mãe, conquanto insensível às boas ações, não pôde disfarçar a admiração e o prazer que o moço lhe causou...” equivale a:

- a) conforme insensível às boas ações.
- b) porque insensível às boas ações.
- c) apesar de insensível às boas ações.
- d) como insensível às boas ações.
- e) portanto insensível às boas ações.

Texto II (Questão 3)

Dados mais recentes do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apontam que a diferença na carga de trabalho entre homens e mulheres não só é bastante díspar como aumentou nos últimos anos.

Em 2005, as mulheres trabalhavam 6,9 horas a mais por semana que os homens; em 2015, essa diferença subiu para 7,5 horas, somando-se o trabalho formal e o doméstico, a chamada dupla jornada.

Isso ocorre ainda que o tempo de dedicação das mulheres aos afazeres domésticos tenha diminuído (algo que pode ser atribuído ao acesso a eletrodomésticos) porque o tempo de dedicação dos homens a atividades profissionais foi reduzido em 3 horas.

3. No terceiro parágrafo do texto, o pronome “Isso” refere-se

- a) ao fato de as mulheres atualmente estarem usando mais eletrodomésticos.
- b) à redução do tempo dedicado pelas mulheres aos afazeres domésticos.

- c) ao aumento da diferença entre a carga horária das mulheres e a dos homens.
- d) à dupla jornada de trabalho, que reduziu as atividades profissionais dos homens.
- e) ao aumento da carga de trabalho de homens e mulheres devido à dupla jornada.

4. Maria da Anália visava ____ um pedaço de toucinho, mas seu pedido não chegou ____ sensibilizar a dona do porco que, vendo-se ____ mercê de uma invasão em seu quintal, decidiu recolher-se ____ sua casa.

Assinale a alternativa cujos termos preenchem, correta e respectivamente, as lacunas do enunciado conforme a norma-padrão.

- a) a ... à ... a ... à
- b) a ... a ... a ... a
- c) à ... à ... à ... à
- d) a ... a ... à ... à
- e) à ... a ... a ... a

5. “O desastre estará superado apenas quando a economia recuperar essa perda”.

A forma de reescrever esse período que altera o seu sentido original é:

- a) Apenas quando a economia recuperar essa perda, o desastre estará superado.
- b) Estará superado o desastre apenas quando a economia recuperar essa perda.
- c) O desastre, apenas quando a economia recuperar essa perda, estará superado.
- d) Apenas o desastre estará superado quando a economia recuperar essa perda.
- e) Apenas quando a economia recuperar essa perda, estará superado o desastre.

6. É possível reproduzir a frase “Ele não tinha fantasiado coisa alguma”, sem perda de sentido, de todos as maneiras a seguir, EXCETO em:

- a) Coisa alguma fantasiado ele tinha.
- b) Fantasiado coisa alguma ele tinha.
- c) Alguma coisa ele não tinha fantasiado.
- d) Não tinha ele fantasiado coisa alguma.
- e) Coisa alguma tinha ele fantasiado.

7. “Esta poderia ser uma preocupação relativamente menor, estivesse a ambiguidade de escolha limitada à preferência direta por bem ou mal...”

Ao reescrever-se o trecho acima com o verbo poder flexionado no futuro do presente do indicativo, a forma verbal “estivesse” deverá

ser substituída, conforme a norma-padrão da língua, por

- a) estar.
- b) estará.
- c) estiver.
- d) está.
- e) esteja.

8. As marcas da amizade não desaparecem com a ausência do amigo.

Ao reescrever a frase acima iniciando-se com A ausência do amigo, estará correta a seguinte complementação:

- a) não implica desaparecer as marcas da amizade.
- b) não faz desaparecerem as marcas de amizade.
- c) impede a que as marcas da amizade cheguem a desaparecer.
- d) não fazem as marcas da amizade desaparecerem.
- e) impossibilita de que venham a desaparecer as marcas da amizade.

9. Em “Um grupo de neurocientistas alemães suspeitou que a resposta estivesse no retorno positivo que a plataforma oferece por meio de curtidas...” o termo destacado corresponde a uma flexão denominada de:

- a) Concordância Nominal.
- b) Concordância Verbal.
- c) Concordância Pronominal.
- d) Regência Nominal.
- e) Regência Verbal.

10. Em relação ao trecho “Eis que se aproxima o inverno, pelo menos nas revistas, cheias de anúncios de cobertores, lãs e malhas.” é correto afirmar que:

- a) o período afirma que, inclusive nas revistas, o inverno se aproxima.
- b) a palavra O. em única ocorrência, é um pronome oblíquo.
- c) poderia ser acrescentada uma vírgula após a palavra EIS.
- d) pela nova ortografia, o X da palavra APROXIMA foi substituído por C.
- e) a forma verbal APROXIMA concorda com O INVERNO.

11. A concordância nominal da palavra destacada está errada na opção

- a) Havia menos pessoas do que o previsto na reunião.
- b) Péssimo lugar e ocasião para tratarmos do assunto.

- c) Bastante elogios o meu filho recebeu na reunião escolar.
- d) Anexos ao processo, encaminhamos dois arquivos de áudio.
- e) Eles estavam sós.

12. Evanildo Bechara, em sua Moderna Gramática Portuguesa, ensina que “os verbos que apresentam significado lexical referente a realidades bem concretas não necessitam de outros signos léxicos. A tradição gramatical chama intransitivos a tais verbos”. O exposto pelo autor está corretamente exemplificado pelo verbo destacado em:

- a) ... que lhe faltava dantes.
- b) Ficou boa, mas desfigurada...
- c) Só havia um obstáculo à minha felicidade...
- d) Fadinha [...] teve a existência por um fio.
- e) Ainda vivem.

13.



(Folha de S. Paulo, 7/7/2011.)

Considerando-se a frase “VAI ASSISTIR UM PROGRAMA DE VIDA SUBMARINA”, há um desvio linguístico quanto à norma padrão de:

- a) Pontuação
- b) Regência verbal
- c) Regência nominal
- d) Sintaxe de colocação pronominal
- e) Ortografia

14. “Todos viajaram para a praia.”

Temos:

- a) Verbo intransitivo.
- b) Verbo transitivo direto.
- c) Verbo transitivo indireto.
- d) Verbo transitivo direto e indireto.
- e) Verbo de ligação.

15. Sobre o segmento “Hoje são os agasalhos que lhe batem à porta, em belas mensagens coloridas.” é correto afirmar que:

- a) o período é composto por orações subordinadas substantivas.

- b) é um período simples com uma oração sintaticamente coordenada assindética.
- c) A forma verbal BATEM esta na voz passiva sintética.
- d) QUE inicia a oração subordinada adjetiva e constitui o sujeito da oração a que pertence.
- e) a palavra LHE é um pronome adjetivo e se refere ao leitor dos anúncios.

Raciocínio Lógico

16. O delegado de polícia Jefferson recebeu a denúncia de que dois foragidos da justiça, Agnaldo e Túlio, encontram-se no bairro Esperança Alta. Com várias informações confiáveis para analisar, ele estima corretamente que a probabilidade de Agnaldo estar na região norte do bairro é de $\frac{5}{8}$, a probabilidade de Túlio estar na mesma região é de $\frac{3}{8}$, mas a probabilidade dos dois foragidos estarem na região norte é apenas de $\frac{1}{8}$. Neste mesmo momento em que terminou os seus estudos probabilísticos, ele recebeu uma denúncia confiável de que Agnaldo acabou de ser visto na região norte do bairro Esperança Alta. Se todas as informações são verdadeiras, com esta denúncia, Jefferson pode estimar precisamente que a probabilidade de Túlio também estar na região Norte é de:

- a) 20%.
- b) 24%.
- c) 30%.
- d) 14%.
- e) 16%.

17. Uma escola possui 800 alunos, dos quais 560 são meninos. Sabe-se que entre as meninas, 10% gostam de futebol, já entre os meninos essa porcentagem é de 80%. Escolhendo-se, ao acaso, um desses alunos e sabendo que este gosta de futebol, a probabilidade de que este aluno seja menino é:

- a) $\frac{56}{59}$
- b) $\frac{14}{25}$
- c) $\frac{4}{5}$
- d) $\frac{9}{10}$
- e) $\frac{1}{2}$

18. Em um salão estão presentes 25 pessoas. O menor número de pessoas que devem entrar no salão para que tenhamos nele, com certeza, pelo menos cinco pessoas que fazem aniversário em um mesmo mês é igual a

- a) 24.
- b) 34.
- c) 23.
- d) 13.
- e) 14.

19. Raíza e Diego resolvem disputar um jogo em que cada um deles lança uma moeda honesta de forma independente e simultânea. Ela será vencedora no caso de dois resultados iguais, e ele, de dois diferentes. As probabilidades de vitória dela e dele são, respectivamente, iguais a:

- a) $\frac{2}{3}$ e $\frac{1}{3}$;
- b) $\frac{1}{4}$ e $\frac{3}{4}$;
- c) $\frac{1}{3}$ e $\frac{2}{3}$;
- d) $\frac{1}{2}$ e $\frac{1}{2}$;
- e) $\frac{3}{4}$ e $\frac{1}{4}$.

20. É verdade que todo engenheiro sabe matemática. É verdade que há pessoas que sabem matemática e não são engenheiros. É verdade que existem administradores que sabem matemática. A partir dessas afirmações é possível concluir corretamente que

- a) qualquer engenheiro é administrador.
- b) todos os administradores sabem matemática.
- c) alguns engenheiros não sabem matemática.
- d) o administrador que sabe matemática é engenheiro.
- e) o administrador que é engenheiro sabe matemática.

21. Considere verdadeiras as afirmações abaixo.

I. Ou Bruno é médico, ou Carlos não é engenheiro.

II. Se Durval é administrador, então Eliane não é secretária.

III. Se Bruno é médico, então Eliane é secretária.

IV. Carlos é engenheiro.

A partir dessas afirmações, pode-se concluir corretamente que

- a) Eliane não é secretária e Durval não é administrador.
- b) Bruno não é médico ou Durval é administrador.
- c) se Eliane não é secretária, então Bruno não é médico.
- d) Carlos é engenheiro e Eliane não é secretária.
- e) se Carlos é engenheiro, então Eliane não é secretária.

22. Um argumento válido para: “Se João estudou, então Paulo foi aprovado no concurso. Se Paulo foi aprovado no concurso, então Ana não é dentista”, é:

- a) Se João estudou, então Ana é dentista.
- b) Se João não estudou, então Ana não é dentista.
- c) Se João não estudou, então Ana é dentista.
- d) Se João estudou, então Ana não é dentista.
- e) Se João não estudou, então Paulo não foi aprovado no concurso.

Informática

23. Assinale a alternativa que mostra o conjunto de teclas que “Captura a Tela ativa para colar em programas como o Paint”.

- a) Alt + Print Screen.
- b) Print Screen.
- c) Ctrl + F10.
- d) Ctrl + A.
- e) Ctrl + Z.

24. No Microsoft Excel, 2007, qual é o resultado da fórmula abaixo?

$$=(80-2)*4-(10+(40+10/2))$$

- a) 257.
- b) 17.
- c) 107.
- d) 347.
- e) 127.

25. O termo “Vírus de computador” refere-se a um (uma)

- a) Programa que se instala sem o conhecimento do usuário com o objetivo específico de roubar suas senhas e informações pessoais.
- b) Programa que se instala com ou sem o conhecimento do usuário e que tem por principal característica tentar espalhar cópias de si mesmo para outros computadores.
- c) Forma de doença transmitida pelo uso de computadores compartilhados entre diversos usuários que não tomam medidas básicas de higiene pessoal
- d) Forma de doença causada pelo esforço repetitivo que compromete as articulações dos usuários de computador.
- e) Forma de invasão de computadores conectados à Internet que permite que um criminoso tenha acesso ao computador, fazendo-se passar por um usuário autorizado do sistema.

26. Com relação ao firewall, é possível afirmar que:

- a) pode ser tanto um dispositivo de hardware quanto um software.
- b) bloqueia spam ou e-mail não solicitado.
- c) não segue regras específicas.
- d) é um protocolo de transferência de arquivos sigilosos.
- e) trata-se do processo em que dados e arquivos são armazenados virtualmente.

27. O MS-Word possui duas funções que quando ativas são posicionadas nas margens superiores e inferiores de um documento, possibilitando a inserção do número de página automático. Quais são os nomes das funções descritas acima?

- a) Rodapés e Ir Para Cabeçalho.
- b) Cabeçalho e Rodapés.
- c) Número de Páginas e Cabeçalho.
- d) Partes Rápidas e Rodapés.
- e) Inserção Automática e Número de Páginas.

28. No Microsoft Word 2010 em português, um usuário pode especificar diferentes partes em um documento no qual cada uma delas tenha opções específicas de layout e formatação de página, tais como numeração de linhas, colunas ou cabeçalhos e rodapés. É possível, por exemplo, formatar a introdução de um relatório como uma única coluna e, em seguida, formatar o corpo do relatório como duas colunas. Essas partes são chamadas de:

- a) diretórios.
- b) temas.
- c) seleções.
- d) partições.
- e) seções.

29. A imagem a seguir contém uma planilha sendo editada por meio do MS-Excel 2016, em sua configuração padrão. Considere que não existem linhas nem colunas ocultas e que a célula com o valor 5 é a célula D3.

	5	2	8
	3	7	9
	4	6	1
			6

Assinale a alternativa que contém a fórmula que resulta no valor exibido na célula F6.

- a) =MAIOR(D3:F5;4)
- b) =MENOR(D3:F5;4)
- c) =MAIOR(D3:F5;5)
- d) =SE(D3>2;D3;E5)

e) =MÉDIA(D3:F5)

Legislação Institucional

30. O Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado de Mato Grosso do Sul e demais alterações, estabelece que são formas de provimento de cargo público:

Assinale a alternativa que contém todas as formas de provimento:

- a) Nomeação, promoção, readaptação, reversão, aproveitamento, reintegração e recondução.
- b) Nomeação, promoção, readaptação, reversão, aproveitamento, ascensão, transferência, reintegração e recondução.
- c) Nomeação, promoção, readaptação, reversão, aproveitamento, transferências, reintegração e recondução.
- d) Nomeação, promoção, readaptação, reversão, reintegração e recondução.
- e) Nomeação, promoção, readaptação, reversão, ascensão, aproveitamento, reintegração e recondução.

31. A carreira de Agente de Polícia Judiciária é estruturada em quatro classes, hierarquicamente escalonadas, de acordo com a complexidade das atribuições, o nível de responsabilidade funcional e a experiência policial acumulada, logo correspondem às funções de Investigador de Polícia, exceto:

- a) Investigador de Polícia Judiciário de Classe Especial.
- b) Investigador de Polícia Judiciário de Primeira Classe.
- c) Investigador de Polícia Judiciário de Segunda Classe.
- d) Investigador de Polícia Judiciário de Terceira Classe.
- e) Investigador de Polícia Judiciário de Quarta Classe.

32. As funções da Polícia Civil estão submetidas aos seguintes preceitos, exceto:

- a) preservar a ordem, repelindo a violência e fazendo observar as leis;
- b) conduzir dentro de padrões ético-morais condizentes com a instituição que integra e à sociedade que serve;
- c) atuar em equipe estimulada pela cooperação, planejamento, troca dinâmica de informações,

compartilhamento de experiências e desburocratização;
d) unidade de doutrina e uniformidade de procedimentos técnico-científicos aplicas à investigação policial;
e) não permitir que sentimentos ou animosidades pessoas influam em procedimentos e decisões de seus agentes.

33. Aos integrantes das carreiras da Polícia Civil do MS conceder-se-á licenças previstas no Estatuto dos Servidores Cívis. São elas, exceto:

- a) para tratamento da própria saúde;
- b) paternidade;
- c) por acidente em serviço;
- d) à adotante;
- e) para trato de interesse da instituição.

34. O Estado, após conclusão de curso de formação, entregará ao policial civil em efetivo exercício, exceto:

- a) arma de fogo para uso pessoal;
- b) distintivo;
- c) uniforme da polícia civil;
- d) munição;
- e) identidade funcional.

Direito Constitucional

35. O fundamento da República Federativa do Brasil decorrente do princípio do Estado Democrático de Direito, que consiste na participação política do indivíduo nos negócios do Estado e até mesmo em outras áreas de interesse público é:

- a) cidadania.
- b) soberania.
- c) dignidade da pessoa humana.
- d) pluralismo político.
- e) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

36. NÃO é um princípio no qual a República Federativa do Brasil se rege nas suas relações internacionais:

- a) Intervencionismo.
- b) Concessão de asilo político.
- c) Autodeterminação dos povos.
- d) Solução pacífica dos conflitos.
- e) Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

37. Em seu Art. 5º, item I- homens e mulheres são iguais em _____, nos termos desta Constituição. A alternativa que preenche corretamente a lacuna é:

- a) Liberdade e igualdade.
- b) Direitos e obrigações.
- c) Assistência religiosa e liberdade.
- d) Tratamento humano e degradante.
- e) Convicção filosófica ou política.

38. Sobre o direito de privacidade, o sigilo bancário e fiscal, assinale a alternativa correta.

- a) A quebra do sigilo fiscal exige prévia oitiva do investigado.
- b) O Supremo o Tribunal Federal firmou o entendimento de que as Comissões Parlamentares de Inquérito não podem deliberar a quebra de sigilo bancário.
- c) Processos judiciais com afastamento de sigilo bancário e fiscal devem tramitar sob segredo de justiça para preservação da privacidade daquele que teve contra si a quebra deferida.
- d) O Supremo Tribunal Federal consente que a autoridade policial compartilhe com a Receita Federal informações que obteve por meio de quebra de sigilo bancário em inquérito policial em qualquer hipótese.
- e) O Ministério Público não precisa de autorização judicial para requisitar informações bancárias ao Banco Central do Brasil.

39. Atente ao que se diz a respeito dos órgãos de segurança pública do Brasil, previstos na Constituição Federal de 1988, e assinale com V o que for verdadeiro e com F o que for falso.

() A Polícia Federal é mantida pela União e tem por destinação, dentre outras, prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

() Nas rodovias federais, a Polícia Federal fiscaliza, prioritariamente, veículos que transportam cargas.

() As Polícias Cívis Estaduais incumbem-se, ressalvada a competência da União, das funções, dentre outras, de apuração de infrações penais, inclusive infrações militares.

() As Polícias Militares Estaduais são subordinadas aos governadores dos estados e são responsáveis pelo policiamento ostensivo e preventivo, e pela manutenção da ordem pública.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- a) V, F, F, V.

- b) F, V, F, V.
- c) V, F, V, F.
- d) F, V, V, F.
- e) F, F, F, F

40. De acordo com a CF, a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio por meio de determinados órgãos. Assinale a alternativa que apresenta o(s) órgão(s) que não se encontra(m) enumerado(s) na CF entre os que se destinam especificamente à segurança pública.

- a) polícia rodoviária federal
- b) polícia ferroviária federal
- c) polícias militares e corpos de bombeiros militares
- d) polícia federal
- e) Forças Armadas

41. Considere as normas da Constituição Federal sobre o rol expresso de penas vedadas no ordenamento constitucional brasileiro para assinalar a alternativa correta.

- a) Não haverá penas, salvo em caso de guerra declarada, de caráter perpétuo, de trabalhos forçados ou cruéis
- b) Não haverá penas, salvo em caso de guerra declarada, de caráter perpétuo, de morte, de trabalhos forçados, de banimento ou cruéis
- c) Não haverá penas de trabalhos forçados, salvo em caso de guerra declarada, nem de caráter perpétuo, morte ou de banimento
- d) Não haverá penas de morte, salvo em caso de guerra declarada, nem de caráter perpétuo, de trabalhos forçados, de banimento ou cruéis
- e) Não haverá penas de morte, salvo em caso de guerra declarada, de banimento ou cruéis

42. O habeas corpus é cabível

- a) para discutir excessivo valor exigido a título de alimentos em decisão que tenha decretado a prisão civil do devedor.
- b) em favor de pessoa jurídica, pois tem como objetivo fazer cessar todo e qualquer constrangimento ilegal.
- c) contra a aplicação de pena de multa em sentença penal condenatória, pois a pena pecuniária pode ser convertida em prisão.
- d) para afastar pena acessória de perda de cargo público imposta em sentença penal condenatória.

e) em casos de flagrante ilegalidade da prisão civil por dívida de alimentos.

43. A respeito das competências dos entes federados, assinale a opção correta.

- a) Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os estados exercerão a competência legislativa residual para atender às suas peculiaridades.
- b) A eficácia de lei estadual vigente não será suspensa na hipótese de superveniência de lei federal sobre normas gerais, mesmo que a lei federal traga disposições contrárias à lei estadual.
- c) Compete privativamente à União zelar pela guarda da CF, das leis e das instituições democráticas.
- d) A competência da União para legislar sobre normas gerais afasta a competência suplementar dos estados.
- e) No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

Direito Administrativo

44. Sobre o exercício do poder disciplinar da Administração Pública, é correto afirmar que tal poder

- a) é exercido somente em face de servidores regidos pelas normas estatutárias, não se aplicando aos empregados públicos, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.
- b) admite a aplicação de sanções de maneira imediata, desde que tenha havido prova incontestada da conduta ou que ela tenha sido presenciada pela autoridade superior do servidor apenado.
- c) é aplicável aos particulares, sempre que estes descumpram normas regulamentares legalmente embasadas, tais como as normas ambientais, sanitárias ou de trânsito.
- d) é extensível a sujeitos que tenham um vínculo de natureza especial com a Administração, sejam ou não servidores públicos.
- e) não contempla, em seu exercício, a possibilidade de afastamentos cautelares de servidores antes que haja o prévio exercício de ampla defesa e contraditório.

45. Considerando que os poderes administrativos são prerrogativas que se outorgam aos agentes do Estado com vistas a viabilizar a consecução do interesse público, assinale a opção correta.

- a) Abuso de poder e desvio de poder são espécies do gênero excesso de poder que, presentes quando da prática de um ato administrativo, ensejam sua nulidade.
- b) Os poderes administrativos são facultados ao administrador, que pode ou não fazer-lhes uso, conforme critério subjetivo e as peculiaridades do caso concreto.
- c) O não exercício de poderes administrativos não resulta necessariamente em conduta omissiva ilegal, sobretudo em hipóteses em que a reserva do possível justifique a impossibilidade de um agir estatal.
- d) O agente público que, motivadamente, não necessitar dos poderes administrativos para o desempenho de suas atribuições pode a eles renunciar.
- e) Há desvio de poder sempre que o agente transcende os limites de sua competência.

46. Determinada agência reguladora, atuando em sua esfera de atribuições, editou ato normativo de apurada complexidade técnica com vistas a elucidar conceitos legais e regular determinado segmento de atividades consideradas estratégicas e de interesse público.

Nessa situação hipotética, a atuação da agência configurou exercício do poder

- a) de polícia.
- b) regulamentar.
- c) discricionário.
- d) disciplinar.
- e) hierárquico.

47. Sobre atos administrativos, é correto afirmar:

- a) a delegação e avocação se caracterizam pela excepcionalidade e temporariedade, sendo certo que é proibida avocação nos casos de competência exclusiva.
- b) a renúncia é instituto afeto tanto aos atos restritivos quanto aos ampliativos.
- c) as deliberações e os despachos são espécies da mesma categoria de atos administrativos normativos.
- d) é ilegítima a exigência de depósito prévio para admissibilidade de recurso administrativo; salvo quando se tratar de recurso hierárquico impróprio.
- e) nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e ampla defesa, a qualquer tempo, quando a decisão puder resultar anulação ou revogação de ato

administrativo, de qualquer natureza, que beneficie o interessado.

48. Manoel, servidor público e chefe de determinada repartição, emitiu certidão de dados funcionais a seu subordinado, o servidor Pedro. Passados alguns dias da prática do ato administrativo, Manoel decide revogá-lo por razões de conveniência e oportunidade. Cumpre salientar que o mencionado ato não continha vício de ilegalidade. A propósito dos fatos narrados, a revogação está

- a) incorreta, pois somente caberia tal instituto se feito pela autoridade máxima do órgão ou entidade a que pertence Manoel.
- b) incorreta, pois somente caberia tal instituto se houvesse a concordância do servidor Pedro.
- c) correta.
- d) incorreta, porque o instituto adequado ao caso é a anulação.
- e) incorreta, porque certidão é ato administrativo que não comporta tal instituto.

49. A convalidação dos atos administrativos

- a) destina-se, entre outros, a atos administrativos com vício de motivo.
- b) não pode ser feita por quem não pertença aos quadros da Administração pública.
- c) destina-se a atos válidos.
- d) tem efeitos retroativos.
- e) não pode ser inviabilizada pela ocorrência do fenômeno da prescrição.

50. A Lei de Improbidade Administrativa prevê que

- a) não configura ato de improbidade a aquisição, para si, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, de bens cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público, pois não importa enriquecimento ilícito.
- b) a utilização de trabalho de servidores públicos na execução de obra ou serviço particular, de interesse privado da autoridade a que estão subordinados, não configura ato de improbidade pela ausência de lesividade.
- c) frustrar a licitude de concurso público configura ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- d) suas disposições são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de

improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.

e) estão sujeitos às suas penas somente os agentes públicos investidos em cargos efetivos que causem lesão ao erário de forma dolosa e com o propósito de enriquecer ilícitamente.

51. Quanto ao Procedimento Administrativo e ao Processo Judicial previstos na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), assinale a alternativa correta.

a) A representação, para ser aceita, não precisará observar nenhuma formalidade estabelecida em Lei, podendo ser inclusive genérica.

b) O Ministério Público, se não intervir no processo como parte, poderá, facultativamente, atuar como fiscal da lei.

c) A ação principal, proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, terá o rito sumário.

d) Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

e) A rejeição da representação pela autoridade administrativa impede a representação ao Ministério Público.

52. Sobre a modalidade de licitação denominada Pregão Eletrônico, caso o vencedor da licitação a quem foi adjudicado o objeto do pregão, dentre os demais concorrentes, recusar-se a celebrar a contratação dentro do prazo de validade de sua proposta:

a) o segundo classificado poderá ser contratado, desde que aceite o preço referencial estabelecido para aquele pregão.

b) o pregoeiro poderá sugerir a revogação do certame.

c) o segundo classificado deverá ser contratado pelo preço do primeiro.

d) o segundo classificado deverá ser contratado após negociação do preço diretamente com o pregoeiro, sem que haja necessidade de uma nova sessão.

e) o segundo classificado poderá ser contratado pelo preço por ele ofertado, sem precisar, necessariamente, aceitar o preço do primeiro classificado.

Direito Penal

53. O princípio da intervenção mínima no Direito Penal encontra reflexo

a) no princípio da fragmentariedade e na teoria da imputação objetiva.

b) no princípio da subsidiariedade e na teoria da imputação objetiva.

c) nos princípios da subsidiariedade e da fragmentariedade.

d) no princípio da fragmentariedade e na proposta funcionalista sistêmica.

e) na teoria da imputação objetiva e na proposta funcionalista sistêmica.

54. A respeito da aplicação da lei penal e dos elementos e das causas de exclusão de culpabilidade, assinale a opção correta.

a) O princípio da legalidade pode ser desdobrado em três: princípio da reserva legal, princípio da taxatividade e princípio da retroatividade como regra, a fim de garantir justiça na aplicação de qualquer norma.

b) São excludentes de culpabilidade: inimizabilidade, coação física irresistível e obediência hierárquica de ordem não manifestamente ilegal.

c) Se ordem não manifestamente ilegal for cumprida por subordinado e resultar em crime, apenas o superior responderá como autor mediato, ficando o subordinado isento por inexigibilidade de conduta diversa.

d) Emoção e paixão são causas excludentes de culpabilidade.

e) Em razão do princípio da legalidade, a analogia não pode ser usada em matéria penal.

55. Constitui causa que exclui a imputabilidade a

a) embriaguez preordenada completa proveniente da ingestão de álcool.

b) embriaguez acidental completa proveniente da ingestão de álcool.

c) embriaguez culposa completa proveniente da ingestão de álcool.

d) emoção.

e) paixão.

56. Considerando a reincidência em crime hediondo, em termos de execução penal, notadamente, afirma-se que:

a) não há progressão de regime para autores de crimes hediondos.

b) há progressão de regime diante do cumprimento de 2/3 da pena.

- c) há progressão de regime diante do cumprimento de 2/5 da pena imposta.
- d) há progressão de regime após o cumprimento de 3/5 da pena.
- e) há livramento condicional, correspondente ao cumprimento de 1/3 da pena.

57. Terêncio, em razão da condição de sexo feminino, efetua disparo de arma de fogo contra sua esposa Efigênia, perceptívelmente grávida, todavia atingindo, por falta de habilidade no manejo da arma, Nereu, um vizinho, que morre imediatamente. Desconsiderando os tipos penais previstos no Estatuto do Desarmamento e levando em conta apenas as informações contidas no enunciado, é correto afirmar que Terêncio praticou crime(s) de:

- a) homicídio culposo, feminicídio majorado, na forma tentada, e aborto, na forma tentada.
- b) aborto, na forma tentada, e feminicídio majorado.
- c) homicídio culposo e aborto, na forma tentada.
- d) feminicídio majorado.
- e) aborto, na forma tentada, e homicídio

58. Álvaro e Samuel assaltaram um banco utilizando arma de fogo. Sem ter ferido ninguém, Álvaro conseguiu fugir. Samuel, nervoso por ter ficado para trás, atirou para cima e acabou atingindo uma cliente, que faleceu. Dias depois, enquanto caminhava sozinho pela rua, Álvaro encontrou um dos funcionários do banco e, tendo sido por ele reconhecido como um dos assaltantes, matou-o e escondeu seu corpo.

Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- a) Álvaro cometeu os crimes de roubo qualificado e homicídio simples.
- b) Samuel cometeu os crimes de roubo simples e homicídio culposo.
- c) Álvaro cometeu os crimes de roubo e homicídio qualificados.
- d) Álvaro cometeu o crime de homicídio qualificado e será responsabilizado pelo resultado morte ocorrido durante o roubo.
- e) Álvaro e Samuel cometeram o crime de roubo qualificado pelo resultado morte.

59. Reinaldo, administrador de um cemitério, percebendo que, depois de uma chuva torrencial, ossos anteriormente sepultados em

uma cova rasa ficaram expostos, decide levar para sua casa o crânio que compunha aquele esqueleto. Assinale a alternativa que corretamente indica a subsunção de seu comportamento à norma penal.

- a) Conduta atípica
- b) Subtração de cadáver
- c) Apropriação indébita
- d) Furto
- e) Vilipêndio a cadáver

60. Desejando roubar um estabelecimento comercial, Celidônio rouba primeiramente um carro, deixando-o ligado em frente ao estabelecimento para a facilitação de sua fuga. Quando Celidônio se afasta, Arlindo casualmente passa pelo local e, vendo o veículo ligado, opta por subtraí-lo, dirigindo ininterruptamente até ingressar em outro Estado da Federação. Nesse contexto, é correto falar que Arlindo cometeu crime de:

- a) receptação
- b) furto qualificado.
- c) roubo.
- d) furto
- e) roubo majorado

61. Consoante a Lei de Tortura (Lei nº 9.455/1997), assinale a alternativa correta.

- a) A Lei de Tortura aplica-se ainda quando o crime não tenha sido cometido em território nacional, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira.
- b) Se o crime é cometido contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de 70 (setenta) anos, aumenta-se a pena um sexto até a metade.
- c) O condenado por crime previsto na Lei de Tortura, via de regra, iniciará o cumprimento da pena em regime semiaberto.
- d) O crime de tortura é inafiançável e suscetível de graça ou anistia.
- e) A condenação pela prática do crime de tortura acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo triplo do prazo da pena aplicada.

62. Assinale a alternativa correta sobre o crime de tortura praticado por agente público.

- a) A pena deverá ser reduzida de um sexto até um terço.
- b) A fiança somente poderá ser arbitrada pela autoridade judiciária.

- c) Somente será punível quando houver sido praticado de forma culposa.
- d) Quando praticado com o fim de se obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa não constitui crime.
- e) A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

63. Nos crimes previstos na Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 – que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor –, constitui efeito da condenação a perda do cargo ou função pública, para o servidor público, e a suspensão do funcionamento do estabelecimento particular envolvido por prazo não superior a:

- a) 1 mês.
- b) 1 ano.
- c) 6 meses.
- d) 3 meses.
- e) 2 meses.

64. Marque a opção CORRETA em relação aos crimes de trânsito.

- a) No homicídio doloso cometido na direção de veículo automotor, a pena será aumentada se o agente não possuir permissão para dirigir ou carteira de habilitação.
- b) A prática de crime consistente em conduzir veículo automotor, com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência, será constatada por concentração igual ou superior a 3 decigramas de álcool por litro de sangue ou igual ou superior a 0,6 miligramas de álcool por litro de ar alveolar.
- c) São circunstâncias que sempre agravam as penalidades dos crimes de trânsito ter o condutor do veículo cometido a infração com permissão para dirigir ou carteira de habilitação de categoria diferente da do veículo.
- d) Ao condutor de veículo, nos casos de acidentes de trânsito de que resulte vítima se, imporá a prisão em flagrante, ainda que prestar pronto socorro àquela.
- e) Transitado em julgado a sentença condenatória, o réu será intimado a entregar à autoridade judiciária, em setenta e duas horas, a permissão para dirigir ou a carteira de habilitação.

65. Configura violência doméstica e familiar contra a mulher, atraindo, portanto, a

competência do juízo especializado na matéria, qualquer ação ou omissão que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, quando:

- a) baseada no sexo, salvo nas relações homoafetivas.
- b) baseada no gênero, em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação ou da orientação sexual.
- c) ocorra no âmbito da família, como, por exemplo o caso do filho agredir o pai.
- d) a ocorrência se dê no âmbito da unidade doméstica envolvendo qualquer familiar independente do sexo da vítima.
- e) baseada no gênero, salvo nas relações homoafetivas.

66. Cuida a Lei nº 4.898, de 1965, do direito de representação e do processo de responsabilidade administrativa, civil e penal, nos casos de abuso de autoridade. Sobre o tema, analise as assertivas a seguir e assinale a correta.

- a) Os crimes do art. 3º da Lei nº 4.898 são classificados como delitos de mão própria.
- b) O abuso de autoridade praticado por militar em serviço é da competência da Justiça Militar, estadual ou federal.
- c) Aos crimes previstos na Lei nº 4.898 não se aplica o instituto da transação penal, contemplado pelo art. 76 da Lei nº 9.099.
- d) Sequer excepcionalmente os crimes previstos na Lei nº 4.898 admitem a modalidade culposa.
- e) Somente será considerado autoridade para a finalidade de aplicação da Lei nº 4898 o ocupante remunerado de cargo, emprego ou função pública, de natureza civil ou militar.

Direito Processual Penal

67. São inadmissíveis, por serem ilícitas, as provas que:

- a) violam normas constitucionais, não recebendo o mesmo tratamento as que violam normas infraconstitucionais.
- b) violam as normas constitucionais e legais, salvo se obtidas de boa fé pelo agente policial e forem imprescindíveis ao esclarecimento da autoria.
- c) violam normas infraconstitucionais, não recebendo o mesmo tratamento as que violam

normas constitucionais por serem estas programáticas.

- d) embora colhidas lícitamente derivam das ilícitas.
- e) violam a moral e os bons costumes.

68. Os princípios constitucionais aplicáveis ao processo penal incluem

- a) indisponibilidade.
- b) verdade real.
- c) razoável duração do processo.
- d) identidade física do juiz.
- e) favor rei.

69. Quanto a lei processual no tempo, marque a alternativa CORRETA.

- a) Um processo que tiver sido encerrado sob a vigência da lei processual anterior deverá ser revisto.
- b) Se há um processo penal a ser iniciado, deverá ser regido pela nova lei processual, para que seu atos se tornem válidos e eficazes.
- c) Caso o processo penal já tenha sido iniciado, os atos praticados deverão ser refeitos e, todos os posteriores deverão ser praticados conforme a nova lei.
- d) No Brasil é adotado no processo penal o sistema da unidade processual, um complexo de atos inseparáveis uns dos outros, isto é, em todo o processo apenas poderá ser aplicada uma lei processual.
- e) Os atos processuais regidos pela lei processual penal anterior não são considerados válidos.

70. No curso de uma interceptação telefônica que apurava a prática dos crimes de associação para o tráfico, bem como o crime de tráfico de drogas, foi descoberto que os mesmos criminosos também eram responsáveis por diversos outros crimes na região, como homicídios e roubos. Este encontro fortuito de elementos probatórios em relação a outros fatos delituosos é denominado pela doutrina e jurisprudência como Teoria da(o):

- a) nexa causal atenuado.
- b) fonte independente.
- c) serendipidade
- d) exceção da descoberta inevitável
- e) aparência.

71. Com relação ao interrogatório do acusado, assinale a opção correta.

- a) O acusado poderá ser interrogado sem a presença de seu defensor se assim desejar e deixar consignado no termo.

b) Não sendo possível a presença em juízo do acusado preso por falta de escolta para conduzi-lo, poderá o interrogatório ser realizado por sistema de videoconferência.

c) Mesmo após o encerramento da instrução criminal, a defesa poderá requerer ao juiz novo interrogatório do acusado, devendo indicar as razões que o justifiquem.

d) Havendo mais de um acusado, eles serão interrogados conjuntamente, exceto se manifestarem acusações recíprocas.

e) O interrogatório deve ser realizado no início da instrução criminal, antes da oitiva de testemunhas de acusação e de defesa.

72. Sobre o tema prisão preventiva assinale a alternativa correta.

a) O mandado de prisão mencionará a infração penal e necessariamente a quantidade da pena privativa e de multa, bem como eventual pena pecuniária.

b) A prisão poderá ser efetuada em qualquer dia e a qualquer hora, respeitadas as restrições relativas à inviolabilidade do domicílio.

c) O mandado de prisão, na ausência do juiz, poderá ser lavrado e assinado pelo escrivão, ad referendum do juiz.

d) A autoridade que ordenar a prisão fará expedir o respectivo mandado, salvo quando, por questão de urgência, nos crimes inafiançáveis, poderá a prisão ocorrer por ordem verbal do juiz.

e) Não será permitido o emprego de força, salvo a indispensável no caso de resistência, de tentativa de fuga do preso, dos reincidentes e dos presos de alta periculosidade por terem passado pelo regime disciplinar diferenciado.

73. De acordo com o direito processual penal pátrio, é CORRETO afirmar que

a) a prisão de pessoa após o trânsito em julgado de sentença penal condenatória é ilegal.

b) considera-se progressão no regime de pena, a mudança do regime do mais severo para o mais brando.

c) a decretação de prisão durante o período das investigações a fim de não atrapalhar o referido processo investigativo não possui previsão legal.

d) a pessoa não poderá ser presa preventivamente quando houver dúvida quanto a sua identidade civil.

e) a prisão em flagrante delito não poderá ocorrer no período noturno.

74. À luz da Lei nº 9.099/95 (JECRIM), presentes os demais requisitos legais necessários, poderá ser beneficiado com a transação penal

- a) Ricardo, que cometeu crime de sequestro e cárcere privado, com pena prevista de 1 a 3 anos de reclusão.
- b) Moisés, que cometeu crime de contrabando, com pena prevista de 2 a 5 anos de reclusão.
- c) Talita, que cometeu crime de estelionato, com pena prevista de 1 a 5 anos de reclusão.
- d) Manoel, que cometeu crime de resistência, com pena prevista de 6 meses a 2 anos de detenção.
- e) Paulo, que cometeu crime de ordenação de despesa não autorizada, com pena prevista de 1 a 4 anos de reclusão.

75. No dia 25 de outubro do corrente ano, João, primário e de bons antecedentes, subtraiu para si a pasta de trabalho e o celular de José, sem empregar violência ou grave ameaça. Em razão disso, foi indiciado pela prática do crime de furto simples consumado, cuja pena privativa de liberdade em abstrato prevista é de 1 a 4 anos de reclusão e multa. Nesse caso,

- a) poderá ser oferecida a ele proposta de transação penal, pois suas circunstâncias pessoais são favoráveis.
- b) deverá ser designada audiência de composição dos danos civis, funcionando eventual acordo como renúncia ao direito de representação.
- c) em razão da pena cominada, no momento da denúncia, poderá ser oferecida proposta de suspensão condicional do processo.
- d) não caberá composição dos danos, transação ou suspensão condicional do processo, tendo em vista que o crime praticado não é de menor potencial ofensivo.
- e) a ação penal será privada, logo depende do oferecimento de queixa-crime.

76. Com base nos dispositivos da Lei nº 12.830/2013, que dispõe sobre a investigação criminal conduzida por delegado de polícia, assinale a opção correta.

- a) São de natureza jurídica, essenciais e exclusivas de Estado as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais pelo delegado de polícia.
- b) A redistribuição ou a avocação de procedimento de investigação criminal poderá ocorrer de forma casuística, desde que determinada por superior hierárquico.

- c) A remoção de delegado de polícia de determinada unidade policial somente será motivada se ocorrer de uma circunscrição para outra, não incidindo a exigência de motivação nas remoções de delegados de uma delegacia para outra no âmbito da mesma localidade.
- d) A decisão final sobre a realização ou não de diligências no âmbito do inquérito policial pertence exclusivamente ao delegado de polícia que preside os autos.
- e) A investigação de crimes é atividade exclusiva das polícias civil e federal.

77. A lei processual penal brasileira

- a) admite interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.
- b) aplica-se desde logo, em prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.
- c) retroage no tempo para obrigar a refeitura dos atos processuais, caso seja mais benéfica ao réu.
- d) não admite definição de prazo de vacatio legis.
- e) será aplicada nos atos processuais praticados em outro território que não o brasileiro, em casos de extraterritorialidade da lei penal.

78. Marcos praticou crime de extorsão, cuja pena é de reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- a) A presença de indícios de autoria e materialidade é motivo suficiente para o juiz decretar a prisão preventiva de Marcos.
- b) Marcos não poderá ser submetido a prisão temporária, porque o crime que cometeu é hediondo, embora não conste no rol taxativo da lei.
- c) Caso Marcos seja preso em flagrante, admite-se a imposição de medidas cautelares diversas da prisão em substituição da liberdade provisória sem fiança.
- d) Caso Marcos seja preso em flagrante, poderá ser solto mediante arbitramento de fiança pela autoridade policial.
- e) Marcos poderá ser submetido a prisão temporária, que tem prazo fixo previsto em lei e admite uma prorrogação por igual período.

79. No curso de um IP, segundo a Lei nº 7.960/1989, será possível decretar a prisão temporária do indiciado quando, de acordo com qualquer prova admitida na legislação

penal, houver fundadas razões de autoria ou participação dele no delito, se o crime investigado for o de

- a) estelionato.
- b) roubo.
- c) extorsão indireta.
- d) apropriação indébita.
- e) furto qualificado.

80. Segundo o código de processo penal o mandado de busca domiciliar deverá:

- a) indicar ainda que de forma genérica e indeterminada a casa na qual se realizará a diligência, precisando com tudo a região da busca.
- b) indicar, o mais precisamente possível, a casa em que será realizada a diligência e o nome do respectivo proprietário ou morador; ou, no caso de busca pessoal, o nome da pessoa que terá de sofrê-la ou os sinais que a identifiquem.
- c) em qualquer caso. permitir a apreensão de documento em poder do defensor do acusado.
- d) ser subscrito pelo escrivão de polícia pela autoridade policial.
- e) mencionar ainda que de forma genérica o motivo e os fins da diligência.

Gabarito

1. D	2. C	3. C	4. D	5. D	6. C	7. E	8. B	9. B	10. E
11. C	12. E	13. B	14. A	15. D	16. A	17. A	18. A	19. D	20. E
21. C	22. D	23. A	24. A	25. B	26. A	27. B	28. E	29. A	30. A
31. E	32. D	33. E	34. C	35. A	36. A	37. B	38. C	39. A	40. E
41. D	42. E	43. E	44. D	45. C	46. B	47. A	48. E	49. D	50. D
51. D	52. E	53. C	54. C	55. B	56. D	57. B	58. D	59. A	60. B
61. A	62. E	63. D	64. C	65. B	66. D	67. D	68. C	69. B	70. C
71. C	72. B	73. B	74. D	75. C	76. A	77. A	78. E	79. B	80. B

Como foi?

Acertou várias?

Esperamos que sim!

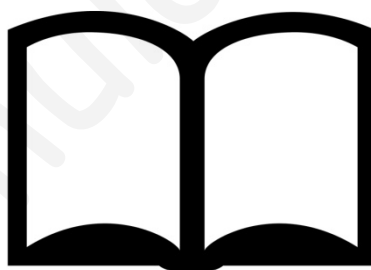
Leia e releia as questões que você errou.

Avalie-nos quanto a esse Simulado.

Fique a vontade para sugerir novas provas!

Obrigado por confiar em nós.

Rumo à Aprovação!



SIMULADOSBR

ESTUDE COM A GENTE!